

Relatório do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) revela situação dramática entre os povos indígenas. A situação é mais grave entre os povos Guarani e Kaiowá. Leia entrevista da assessora-técnica do Consea, Mirlane Klimach Guimarães, no programa Fórum, da TV Justiça:

Apresentadora: Podemos começar falando da tragédia alimentar vivida pelos índios Guarani e Kaiowá. Mirlane, você participou dessa missão. Pode explicar esta prática?

Mirlane Klimach: Sim. Antes, gostaria de explicar o que o é Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que planejou e executou esta missão *in loco*. O Consea é um órgão localizado na Presidência da República que permite a participação da sociedade civil para fazer proposições, monitorar as políticas públicas e, inclusive, receber denúncias de violações especialmente do direito humano a alimentação adequada. Em função desta atribuição, em 2016, o Consea visitou seis municípios no Cone Sul, no Mato Grosso do Sul, entre os dias 28 de agosto a 2 de setembro. Visitamos principalmente as chamadas áreas de retomada, que são tradicionais dos povos Guarani e Kaiowá, mas que têm algum tipo de impasse judicial ou alguma dificuldade na conclusão da demarcação. Estas áreas são as que vivem a pior situação de insegurança alimentar e nutricional grave, com desnutrição infantil muito acima da média nacional e falta de acesso à água potável. Na comitiva que fiz parte pudemos testemunhar falta de alimentação adequada, atendimento a saúde muito precário e até mesmo dificuldade de ir e vir devido ao medo da violência na região. Essas áreas de retomada vivem cercadas por grandes lavouras, onde são pulverizados agrotóxicos que contaminam a água e as crianças indígenas. Vimos que há um quadro de tragédia humana porque é uma negação sistemática de todos os direitos. Obviamente que a missão focou o direito humano à alimentação adequada, mas é impossível garanti-lo para o povo indígena sem a garantia do direito a terra e ao território.

Apresentadora: Você falou sobre áreas de retomada. Fale um pouco sobre o que isso significa.

Mirlane Klimach: É importante esclarecer que as áreas de retomada são tradicionalmente conhecidas pela ancestralidade dos povos indígenas que habitavam naquela região, mas a partir de 1920, intensificando-se entre os anos 50 e 70, houve uma expulsão massiva dos indígenas dessas áreas. Colonos indígenas começaram a se apropriar dessas terras. Muitos índios passaram a habitar em confinamento nas reservas e títulos de propriedades foram concedidos a esses terceiros. Depois desse processo os indígenas buscam retomar essas áreas que são tradicionais. Grande parte delas já está em âmbito de estudo do relatório de delimitação que a Fundação Nacional do Índio (Funai) é responsável. Como os indígenas percebem uma demora e que

os direitos deles são colocados em segundo plano, acabam fazendo a ação de retomada, que é a construção de acampamentos. Visitamos alojamentos na beira da estrada, sem água, sem nenhuma estrutura, com crianças pequenas. Esta é a realidade que eles enfrentam. É como se eles fossem estrangeiros. É importante complementar que há uma compreensão distorcida por parte de alguns segmentos da sociedade. Os indígenas são tratados como invasores de terras que, na verdade, são deles. Então é muito importante desconstruir esse preconceito.

Apresentadora: Para fugir do preconceito, escutamos falar que existem índios que não se autodeclaram mais índios. Você percebeu isso durante a sua vivência na missão com os povos Guarani e Kaiowá?

Mirlane Klimach: O que ouvimos dos mais velhos é uma convicção e uma firmeza em luta da defesa da identidade indígena. Porém, os mais jovens e as crianças, por sofrerem preconceito inclusive no ambiente escolar, até mesmo pela dificuldade de falar o português, começam a se envergonhar por ser indígena. Durante a missão, não ouvimos tantos relatos nesse sentido de problemas com a autodeclaração, mas nós podemos interpretar que o identificar-se como indígena gera uma série de dificuldades na vida social. Os indígenas quando acessam o comércio local são discriminados. Então esses povos ficam tolhidos de praticamente todos os direitos. Mesmo se declarando, eles relataram dificuldade para obtenção de documentação civil. Isto dificulta o acesso a políticas públicas. Os indígenas que vivem em situação de conflito muitas vezes não podem receber ambulância dentro das suas comunidades, ou seja, o atendimento emergencial fica dificultado.

Apresentadora: A questão da desnutrição foi verificada durante a missão?

Mirlane Klimach: Sim. Na comitiva tínhamos duas nutricionistas da sociedade civil especialistas em desnutrição. Elas comentavam conosco que os sintomas de desnutrição eram visíveis e que não seria necessário um estudo muito criterioso para perceber tal situação. Vimos desnutrição crônica e em crianças menores de cinco anos. Isto é muito grave.

Apresentadora: Esses índios têm acesso ao sistema de saúde?

Mirlane Klimach: Visitamos uma casa de apoio à saúde indígena. Existem responsabilidades que não do sistema de saúde indígena, mas que são do município. O sistema de saúde municipal, por entender que tudo é responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), deixa de cumprir suas atribuições e sobrecarrega a Sesai. Ou seja, uma casa de apoio não é para receber casos de alta complexidade, mas vimos que a Casa de Saúde Indígena (Casai) acaba recebendo essas situações sem ter a devida estrutura. Então, o atendimento de saúde dos indígenas lá está bem precário.

***Observação:** Transcrita somente a parte do Consea.